

“Desenvolvimento Sustentável de São Jorge”

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores,

Exmas. e Exmos. Sras. e Srs. Deputados,

Exma. e Exmos. Sra. e Srs. Membros do Governo Regional,

Quando se fala da necessidade de uma estratégia de desenvolvimento da ilha de S. Jorge, há um ponto que é consensual: urge superar a quase total dependência da ilha da produção de produtos lácteos.

Quando falamos em superar essa dependência não pretendemos afirmar que se devem desenvolver outros sectores da economia paralelamente e em detrimento ao da fileira do leite. Isso seria um erro, na medida em que a competitividade de S. Jorge, a nosso ver, depende da capacidade de valorização dos seus próprios recursos e é incontornável a vocação histórica, natural e cultural desta ilha para a produção do leite, sobretudo daquele que é por excelência um produto âncora do mix de produtos lácteos açorianos, o Queijo de São Jorge. O que é necessário é capitalizar este recurso de forma a incentivar o aparecimento e o crescimento de outros sectores económicos.

“Trata-se de captar novos recursos e valências, que irão reforçar a competição com outros espaços territoriais. O desenvolvimento de S. Jorge depende muito da capacidade de aproveitar as potencialidades endógenas do território e essas passam pelo conhecimento e valorização

das suas especificidades e distintas formas de vida e culturas territoriais. Num mundo onde se diluíram as fronteiras, a competitividade dos territórios depende actualmente da valorização dos seus recursos endógenos, sendo que o território surge ele próprio como recurso e não como espaço que, pura e simplesmente pode ser utilizado para a instalação de qualquer actividade económica.”*1

Nesta perspectiva, os recursos turísticos de S. Jorge são fundamentalmente dois:

- a paisagem natural e
- a cultura local que resultou de centenas de anos de interacção da população com o espaço físico da ilha, em condições de profundo isolamento. “Entender o património cultural da ilha de S. Jorge como um recurso significa assim entendê-lo, não só na perspectiva da sua preservação, necessária à própria cultura e identidade de uma comunidade/território, mas também na perspectiva da sua utilização económica como meio para o desenvolvimento sustentável.

O Leite deve ser encarado como um recurso com um enorme potencial, capaz de arrastar outros sectores:

- ambiental (através das paisagens características da “monocultura” da Vaca);
- económico (ao nível do desenvolvimento turístico, além da produção de lacticínios);
- social (os novos serviços turísticos que este recurso poderá oferecer irão criar novos postos de trabalho e novas formas de atracção e enraizamento da população Jorgense à sua ilha) e
- cultural, na afirmação de uma identidade única.”

Em suma, a produção de leite continuará efectivamente a ser a principal fonte de rendimento da ilha de S. Jorge mas enquadrado numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, quer dizer, terá de se inserir num quadro de diversificação da actividade económica, que ela própria gera, e integrada num modelo de um desenvolvimento que “satisfaça as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades”.*² Esta perspectiva tem vindo, nos últimos anos, a gerar cada vez maior convergência de opiniões dos jorgenses.

Contudo, o que nos faltou, até há bem pouco tempo, foi a determinação de uma estratégia que permitisse consubstanciar as implicações desta análise de forma a abandonarmos esta fase em que nos encontramos, caracterizada pela multiplicação de esforços dispersos e acções e/ou reacções casuísticas e desarticuladas. São de louvar algumas das tentativas levadas a cabo por alguns parceiros, contudo enquanto forem projectos isolados, executados na maior parte das vezes por entidades externas, mas que não conhecem a dinâmica territorial, correm o forte risco de estar condenadas ao fracasso, não passando infelizmente do papel, mas custando em alguns casos muito dinheiro.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores,

Exmas. e Exmos. Sras. e Srs. Deputados,

Exma. e Exmos. Sra. e Srs. Membros do Governo Regional,

Como é do conhecimento de V. Exas., o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR) para 2007 – 2013, definindo o contexto estratégico da política de desenvolvimento rural e as “orientações estratégicas comunitárias” tem, entre outros objectivos, o «Reforço da coesão territorial e social» e a «Melhoria da qualidade de vida e diversificação da economia nas zonas rurais» assente em princípios de valorização do património rural e de diversificação de actividades complementares à agricultura.

Ora este período de programação financeira, é sem duvida uma oportunidade única para o desenvolvimento de São Jorge e sobretudo das Ilhas da Coesão, numa conjuntura criada por este Governo Regional, com políticas específicas de apoio ao investimento e de criação de vantagens comparativas com as outras economias Regionais.

É consensual que o desenvolvimento do sector turístico é fundamental para os Açores e neste particular para a ilha de São Jorge, contudo, é fundamental para os turistas que nos visitam a forma como são recebidos. Neste sentido será crucial que a população tenha consciência que os turistas, sendo estrangeiros à terra, devem ser integrados na vida local durante a sua estadia. Os melhores agentes turísticos são os jorgenses, que valorizam a sua cultura e fazem renascer hábitos, que promovem o património da nossa terra.

Não há publicidade mais barata e técnica de marketing mais eficiente do que este efeito difusor natural.

Uma economia pequena como São Jorge não pode sobreviver e desenvolver-se apenas com investimentos estruturais e estratégicos do

Governo Regional, nem tão pouco com dois ou três investimentos de privados isolados e muito menos das políticas fortuitas de desenvolvimento municipais. Depende, sim, de um esforço concentrado, onde todos os parceiros se unem, valorizando os recursos endógenos disponíveis, daí resultando um processo de excelência que conta com os residentes como mais valia e principais actores. No desenvolvimento sustentável de São Jorge o principal motor não é o turismo ou o leite, mas sim o Jorgense integrado no seu espaço.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores,

Exmas. e Exmos. Sras. e Srs. Deputados,

Exma. e Exmos. Sra. e Srs. Membros do Governo Regional,

Fruto de diversos estudos, de muitas discussões e debates, reuniões, e sobretudo da acção da Ecoteca de São Jorge, surgiu um projecto que visa apoiar e desenvolver, novas actividades, nomeadamente a componente da animação turística em São Jorge, através da sua valorização e preservação natural e cultural, o projecto do ECOMUSEU DA ILHA DE S. JORGE.

Este projecto garante a S. Jorge a salvaguarda de um plano estratégico que articula a preservação do ambiente, a revitalização da cultura local, a coesão social e o turismo sustentável.

Embora ainda em fase de instalação, o Ecomuseu já deu provas de capacidade de mobilização e animação local contribuindo para valorizar S. Jorge enquanto destino turístico. Por força da sua realização enquanto equipamento de animação sócio-cultural este

projecto revelou-se capaz de se tornar estruturante numa estratégia de desenvolvimento integrado e sustentável da Ilha de S. Jorge, ao ponto de ter merecido a atenção do jornal americano New York Times (08 de Outubro 2006) que publicou um artigo sobre o programa “Caminhos da Memória” concebido e coordenado pela(o) Ecoteca, pólo de concepção do Ecomuseu da Ilha de S. Jorge.

Sem qualquer custo para a Região este artigo sobre uma nova forma de dinamização dos trilhos de S. Jorge foi posteriormente disponibilizado no site do mesmo jornal, confirmando, uma vez mais, a importância deste recurso para o desenvolvimento do turismo na Ilha, é de estranhar o facto da imprensa regional e nacional, não ter dado qualquer relevo ao excelente trabalho que por cá se está a fazer, quando um jornal de referência mundial vem a São Jorge fazer uma reportagem de um trabalho que nos valoriza e enche de orgulho enquanto sociedade insular.

O Ecomuseu da Ilha de S. Jorge, constitui, a nosso ver, a melhor solução até agora encontrada na Região Autónoma dos Açores para se lidar com as medidas governamentais no âmbito da preservação do ambiente, uma vez que promove a consciência ambiental a partir de uma consciência identitária e acima de tudo, da vontade de uma população em preservar essa identidade, ao mesmo tempo que capitaliza essas áreas protegidas enquanto recursos do sector turístico.

Em nosso entender, não deve ser um projecto só de uma Secretaria mas sim um projecto transversal que envolva Economia/Cultura/Ambiente, pois como está na moda as questões ambientais são também uma oportunidade económica e a defesa da

nossa identidade historicamente ligada à ilha, é uma característica da nossa Cultura.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores,

Exmas. e Exmos. Deputados,

Exma. e Exmos. Membros do Governo Regional,

Obras estruturantes como o Porto de Recreio das Velas, o Porto da Calheta, a remodelação da aerogare e ampliação da pista do Aeródromo, ou a Escola do topo, são infra-estruturas cruciais neste processo. O parque de campismo e o centro de interpretação ambiental da Caldeira de Santo Cristo, aliados a outros projectos em execução (como a Pousada da Juventude), são exemplos do esforço do Governo Regional para que São Jorge continue integrado no comboio que circula na linha do desenvolvimento sustentável.

Tendo em conta o papel relevante que o Ecomuseu de São Jorge, pode desempenhar no futuro da ilha de São Jorge, cabe agora determinar as suas competências e dotá-lo de personalidade jurídica e económica de forma a poder desempenhar o seu papel de forma mais eficiente. Em nosso entender esta estrutura poderá desempenhar funções importantes para São Jorge, nomeadamente na área da animação turística, gestão dos trilhos turísticos reclamados por todos mas filhos de ninguém, gestão do futuro centro de interpretação da Caldeira de Santo Cristo, entre outros.

Podemos concluir que este processo poderá contribuir em muito para o desenvolvimento sustentável de São Jorge e é um exemplo daquilo que se pode e deve fazer nos Açores, sem grandes investimentos financeiros mas com um resultado muito proveitoso para a nossa sociedade em geral.

Disse,

Rogério Paulo Veiros.

Horta, Sala das sessões, 15 de Fevereiro de 2007.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

*1“*Ideias Estratégicas Para o Desenvolvimento Sustentável da Ilha de S. Jorge - Relatório elaborado para a Secretaria Regional do Ambiente dos Açores*”, no âmbito da Cadeira de Gestão de recursos dos Cursos de Pós-graduação e Mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental, Maio 2004, Edição digital da Ecoteca de S. Jorge, 2005

*2 “*O nosso Futuro Comum*”, Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento, 1987

*3 “*Ecomuseu da Ilha de S. Jorge - Documentação (Processo de Instalação)*”, edição da Ecoteca de Jorge, Dezembro de 2006